

## PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) E RACIONALIDADE DO TEMPO-ESPAÇO ESCOLAR: O OLHAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Luciano Francisco dos Santos

### RESUMO

Objetiva-se discutir a educação profissional, o sistema educacional, a racionalidade do tempo-espaço escolar no Brasil em suas relações com o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Optou-se por um estudo teórico, apoiando-se na literatura da História da Educação, o conceito de sistema educacional e as relações entre educação, sociedade e trabalho (SAVIANI, 2004, 2007, 2008, 2010, 2011; MOURA 2014), a análise crítica do PNE anterior e a continuidade-ruptura para o atual (CURY, 2009; BRASIL, 2014), a racionalidade do tempo-espaço escolar e seus reflexos no fazer pedagógico (MATE, 2002) e a crítica sobre a falta da aplicação do PNE anterior (Valente & Romano, 2002). O que nos permitiu entender a Educação Profissional e o PNE é visto de diferentes ângulos, mesmo entre políticos, professores, empresários, sindicalistas, pesquisadores e sociedade em geral. É nossa intenção, contribuir para o debate sobre o PNE atual e sua efetivação no campo da Educação Profissional.

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação. Educação Profissional. Racionalidade do Espaço-Tempo Escolar no Brasil.

## PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) E RACIONALIDADE DO TEMPO-ESPAÇO ESCOLAR: O OLHAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

### 1 EDUCAÇÃO, SOCIEDADE, TRABALHO E VIDA: (INE) EQUAÇÃO, BINÔMIO E FUNÇÃO.

Não existe sociedade sem Educação, nem sociedade sem trabalho, por outro lado, a sociedade só existe porque é reproduzida por meio da educação, ou seja, único meio pelo qual se forma as gerações futuras. Isso implica dizer que não existe trabalho sem educação, posto que “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que [...] apenas o ser humano trabalha e educa”. (SAVIANI, 2007, p.152). Por isso mesmo, vemos que nos dias atuais, “o desemprego fere o homem em sua essência, pois agride a humanidade do ser humano, impedindo-o de participar condignamente da construção de sua própria identidade” (GOERGEN, 2007, p. 743). Mas, entenda-se que

no campo a educação, a situação se complica já que se trata de uma atividade que se insere no âmago das contradições sociais. Com efeito, a educação é uma prática que pressupõe, no ponto de partida, a desigualdade (heterogeneidade) e no ponto de partida, a igualdade (a homogeneidade). (SAVIANI, 1991, p.68)

De outro ângulo, é preciso aceitar que

o funcionamento da sociedade capitalista neoliberal, a qual não está pensada para todos, mas para a parcela dos incluídos, que é minoria, enquanto a maioria vive à margem do que é produzido pela sociedade e, dessa forma, é alijada de direitos básicos. Ao mesmo tempo, uma pequena minoria se apropria do que produz essa maioria. (MOURA, 2014, p. 14)

Isto implica “[...] na definição de homem mais difundida (animal racional), o atributo essencial é dado pela racionalidade [...] [e, certamente] trabalho e educação fariam parte desse conjunto de traços” característicos do homem (SAVIANI, 2007, p.153-4). O que

compreende-se que a histórica dualidade estrutural na esfera educacional não é fruto da escola, mas da sociedade dual/cindida em que se vive, por imposição do modo de produção capitalista. Nesse sentido, exige-se da escola que esta se estruture de forma dual no sentido de fortalecer o modo de produção do capital que se baseia na valorização diferenciada do trabalho intelectual e do trabalho manual, do trabalho simples e do trabalho complexo. Portanto, romper completamente a dualidade estrutural da educação escolar não depende apenas do sistema educacional, mas antes da transformação do modo de produção vigente. (MOURA, 2014, p. 14)

Criando com isto a divisão social do trabalho posto que “[...] o saber também se deriva daí; o saber deriva dessa relação dos homens com a natureza e dos homens entre si; portanto, o saber deriva do trabalho” (SAVIANI, 1991, p.56). Embora,

na forma parcelada, o trabalhador deixa de ter o domínio. Deixa, porém, relativamente, porque de fato ele precisa ter certo domínio, porque, ao mesmo tempo em que é necessário que os trabalhadores sejam qualificados e nesse sentido que os apropriem do saber, por outro lado, eles não podem se apropriar desse saber porque acabam ganhando poder de contestação e exigindo uma transformação das relações de produção. (SAVIANI, 1991, p.59)

Foi com a lei 5.692 / 1971 que se propôs profissionalizar o 2º grau<sup>1</sup>. Assim, essa Lei surge com a missão de transformar os técnicos do nível médio à base do trabalho parcelado para técnico específico. “Mas, essa proposta não foi recebida com entusiasmo por nenhuma classe, seja pelo capitalista, seja pelo proletariado” (SAVIANI, 1991). Posto que

[...] na medida em que esse saber é assim elaborado, ele é apropriado por determinados grupos, pelas elites, que se investem não apenas como a proprietária do saber, mas como a fonte do saber, e transformam a verdadeira fonte do saber em ausência de saber. [...] o taylorismo é justamente o mecanismo através do qual a classe dominante, classe dos capitalistas, se apropria do saber dos trabalhadores, desapropria esses trabalhadores do saber e se torna dona desse saber, devolvendo-lhes na forma parcelada, o que quer dizer que só os capitalistas, só aqueles que têm o controle da empresa passam a dominar o saber em seu conjunto. (SAVIANI, 1991, p.56-8)

Portanto, é preciso entender que é bastante “importante, então, levar em conta que isso que se chama de crise da educação no mundo ocidental reflete uma contradição entre o avanço da educação e os interesses do capital” (SAVIANI, 1991, p.76).

## 2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TRAJETOS, CONQUISTAS E DESAFIOS.

Historicamente, “a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando”. Nos dias de hoje

[...] a educação já não diz respeito meramente à formação da consciência de si, ao aperfeiçoamento moral, à conscientização. [...]. A “consciência” já não seria apreendida como constituída no plano das representações, [...]. A consciência já não seria “de”, mas ela “é”. Seria apreendida como sendo experiência objetiva na interação social e na relação com a natureza, ou seja, no âmbito do trabalho social. [...] “o que devo fazer?” — se transitará agora à questão do objeto — a sociedade produzida e reproduzida nos termos do trabalho social que se “apresenta” enquanto experiência em que se articulam objetividade e subjetividade. [...] para não ser vazia, a “ética” precisaria se afirmar no plano do trabalho social; caso contrário — a recusa da articulação entre formação [...] num progressivo aperfeiçoamento em direção à universalidade, [...] nos defronta como totalidade pronta, sólida, corri que se estabelece uma “experiência” em que se apresenta efetivamente (ADORNO, 1995, p. 15-16)

Isto porque o *trabalho forma*, mas, embora o trabalho seja formador, é ao mesmo tempo, deformador, por ser alienado e alienante. Em de falando de trabalho, é significativo destacar que

a universalização da forma social do trabalho alienado, deformador; a formação se desenvolveria como um déficit ético no capitalismo. A experiência formativa pelo trabalho social acompanha o desenvolvimento do processo de trabalho e tudo o que isto representa em termos de transformações culturais, científicas, tecnológicas etc. [...] o trabalho forma, mas a realidade objetiva é a reificação, a coisificação do processo formativo que corresponde ao trabalho alienado e alienante regido pela acumulação do capital, trabalho morto. (Adorno, 1995, p.17-18)

A experiência enquanto processo auto-reflexivo, meio pelo qual os sujeitos estabelece interação com o objeto, então nessa mediação surge a objetividade. A mediação em sua verdade da experiência, isto é, a experiência formativa tem sentido emancipatório, (ADORNO, 1995). A

1 Hoje Ensino Médio.

respeito disso, Larrosa (2002) nos diz que a experiência é o que acontece conosco e não é fruto da informação, embora possa ser utilizada para construir a experiência. Já o saber de experiência acontece do elo entre o conhecimento e a vida em sociedade. Sobre os saberes da experiência vem ocorrendo uma destruição generalizada dessas experiências pela sociedade (LARROSA, 2002).

A destruição generalizada da experiência “não é um problema imposto de fora à sociedade, [...], mas corresponde a uma tendência objetiva da sociedade, ao próprio modo de produzir-se e reproduzir-se da mesma” (ADORNO, 1995). Desse modo, é preciso, ainda, conceder às pessoas o direito de aprender ao longo da vida como forma de “[...] ressignificar os seus conhecimentos, habilidades, competências e valores que possibilitem a realização de si mesmas, tornando-as capazes de se transformar e transformar seu lugar no mundo” (MELO, 2012, p. 15). Temos nesta mesma diretriz que:

a organização burocrática do tempo e horário escolares, hierarquização [...] resultaram na disciplinarização docente dentro do espaço e tempos [...] da escolaridade. Enfim, [...] levaram a problematizar a permanência, ampliação e/ou reformulação de projetos, nos anos 30, [...] deram suporte a institucionalização da escola, cujo processo já vinha se constituindo desde os anos 20 [...]. O que [...] foi um longo e crescente mal-estar na educação [...] que criou uma inquietação crescente no sentido de problematizar suas formas de relações sociais. (MATE, 2002, p. 25-26)

A autora nos permite ver que na mesma intensidade que se pensou em organizar o espaço e o tempo do fazer pedagógico, também se criou um afastamento dos docentes do gerenciamento da sala de aula e da motivação do trabalhar na educação. Essa questão relevante e precisa de mais atenção. Podemos ver que a problemática da desmotivação do professor vem de uma longa data, tem início por volta dos anos 20, e se consolidando nos anos 30.

### **3 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E RACIONALIDADE DO TEMPO – ESPAÇO ESCOLAR NO BRASIL.**

É oportuno dizer numa abordagem histórica que no Brasil a origem da ideia e do termo “plano nacional”, numa abordagem histórica, esta relacionado à Educação somente a partir da década de 1930. Especialmente, com a primeira manifestação pública<sup>2</sup>. Para Saviani (2011), esse manifesto acabou por impulsionar a presença desse ideário na constituição de 1934, em particular o artigo 150 (em sua alínea a), que

estabelecia como competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país”. [...] previu, [...], um Conselho Nacional de Educação, cuja principal função seria a de elaborar o Plano Nacional de Educação. (SAVIANI, 2011, p.7)

Por outro lado, para os educadores alinhados com o movimento renovador, o plano de educação foi entendido como um instrumento de introdução da racionalidade científica na política educacional, posto que no Estado Novo (1937-1945), com Getúlio Vargas e Gustavo Capanema,

o plano se converteu, [...] em instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-ideológico exercido pela política educacional. [...] ou seja, de um Código

---

2 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932.

da Educação Nacional, apresentava-se como condição prévia para a elaboração de um plano de educação [...].(SAVIANI, 2011, p.7)

Neste cenário, o termo sistema nacional de educação entrou em cena desde 1934 com a constituição federal, mas logo perdeu seu papel nas cenas da educação brasileira de forma espantosa, voltando a receber atenção com a LDB de 1961, mas novamente não provocou mudança alguma na educação no Brasil. “Desencadeou-se, então, um movimento em defesa da escola pública, aglutinando diferentes segmentos da população com matizes ideológicos também diferenciáveis”, conforme observa Saviani (1991).

Entra governo e sai governo, chega e a ditadura, acaba a ditadura e começa então o movimento de redemocratização e somente na era FHC é o plano nacional recebe é utilizado na tentativa de trazer racionalidade financeira na educação. Sobre preocupação com a organização, produção e da racionalidade na educação brasileira, cabe dizer que

a racionalidade do tempo dos indivíduos dentro da instituição escolar nos remete a um longo processo de organização e legitimação de saberes, espaços e materiais relativos ao ensino/aprendizagem, criação de relações pedagógicas [...] aos interesses de alunos [...]. (MATE, 2002, p. 25)

Assim, existe historicamente, aproximação muito forte entre racionalização da educação brasileira e plano nacional de educação. O que

[...] na década de 1930, o conceito de plano assumiu o sentido de introdução da racionalidade científica na educação; no Estado Novo, metamorfoseou-se em instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-ideológico exercido pela política educacional; com a LDB de 1961 se converteu em instrumento de viabilização da racionalidade distributiva dos recursos educacionais; no regime militar se caracterizou como instrumento de introdução da racionalidade tecnocrática na educação; na Nova República sua marca foi o democratismo com o que a ideia de introduzir, pelo plano, uma espécie de racionalidade democrática, se revestiu de ambiguidade; finalmente, na era FHC, o plano se transmutou em instrumento de introdução da racionalidade financeira na educação. (SAVIANI, 2011, p.8-9)

Vemos deste modo, que o plano nacional ressurgiu com mais força na era FHC<sup>3</sup> (1995-2002), ou seja, passou aproximadamente, 61 anos de invisibilidade. Percebemos que embora o plano nacional de educação e o sistema educacional sejam de extrema importância, dispomos de pouquíssimos e raros estudos científicos<sup>4</sup> sobre sua conceituação, concepção e efetivação.

Entretanto, os intelectuais que se engajaram na campanha em defesa da escola pública se deixaram levar pelo conflito com a escola particular, centralizando os debates em torno da questão do controle das verbas públicas de modo especial ao ensino médio, naquele momento amplamente dominado pela iniciativa privada. Saviani (1991, p.11-12)

3 No dia 17 de abril de 1997, foi promulgado o Decreto n 2208 e, em 14 de maio do mesmo ano, a Portaria n 646/97, quando se concretiza, definitivamente, a dualidade do ensino, separando a construção do saber intelectual e tornando a educação profissional uma modalidade de ensino.

Em se falando de Brasil, podemos destacar Capanema (1949), Almeida Júnior (1949) e (SAVIANI, 2008). Mas, quando falamos sobre sistemas nacionais de ensino, a literatura é abrangente, e se relaciona diretamente com os estudos de educação comparada que no Brasil.

4 Em se falando de Brasil, podemos destacar Capanema (1949), Almeida Júnior (1949) e (SAVIANI, 2008). Mas, quando falamos sobre sistemas nacionais de ensino, a literatura é abrangente, e se relaciona diretamente com os estudos de educação comparada que no Brasil.

Onde percebemos que foi “Estado que expandiu a rede de ensino a 1º e 2º graus ao preço de aligeirar a educação destinada às camadas populares, abrindo espaço para que a qualidade da educação reclamada pelas elites se concentrasse em algumas poucas escolas particulares [...]” (SAVIANI, 1991, p.16). O que

cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita constituir um novo bloco histórico. Mas, a constituição de uma nova sociedade não será possível sem a elevação do nível cultural das massas. (SAVIANI, 1991, p.36)

### O que remete

a questão a elaboração do saber é fundamental porque em verdade tudo aquilo que uma sociedade elabora, tudo aquilo que uma sociedade produz, ela retira dela mesma; e a natureza que fornece matéria-prima e o trabalho que elabora essa matéria-prima, gerando aqueles bens que não são dados diretamente pela natureza. (SAVIANI, 1991, p.56)

Assim, coube a “[...] Anísio Teixeira [...] um procedimento engenhoso para a distribuição dos recursos, [...]. Foi esse procedimento que inspirou a criação, em 1996, do [...] FUNDEF<sup>5</sup>, orientação que foi mantida com a substituição do FUNDEF pelo [...] FUNDEB<sup>6</sup> em [...] 2006” (SAVIANI, 2011, p.7). Ainda mesma linha de raciocínio, entende por objetivos do sistema nacional de educação:

a)um conjunto de princípios, valores e finalidades que devem guiar as atividades desenvolvidas; b) um ordenamento jurídico constituído pelas normas de funcionamento do sistema que obrigam a todos os seus integrantes; c) uma rede de estabelecimentos de ensino com os correspondentes órgãos de normatização, administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação. (SAVIANI, 2010, P.1)

### E quanto ao conceito sistema, o define como sendo

“[...] a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante, segue-se que o sistema educacional é a unidade dos vários organismos e serviços educacionais intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente no processo educativo da população a que se destina”. (SAVIANI, 2010, P.1)

De acordo com “[...] a educação sistematizada própria das instituições escolares tendeu a se generalizar impondo a exigência de se sistematizar também o funcionamento dessas instituições dando origem aos sistemas educacionais organizados pelo poder público” (SAVIANI, 2010, p.1). Com essa generalização da educação em ambientes escolares, acabar por desencadear um processo de coisificação do termo sistema educacional, que é como sistema passasse a ser um “termo primitivo não carecendo, pois, de definição, o que lhe conferiu caráter polissêmico,

5 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental.

6 O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006 e regulamentado pela Lei n.º 11.494/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

prenhe de imprecisões” (SAVIANI, 2010, p.1). Assim de forma arbitrária, tudo passa a ser chamado de sistema, e sistema passa a ser sinônimo também de qualquer coisa, daí, portanto, entendemos que há uma coisificação do termo sistema. E por isso

são frequentes, ainda, expressões como “sistema público de ensino”, “sistema particular de ensino” e “sistema livre de ensino”. A primeira expressão é pleonástica porque o sistema só pode ser público já que implica normas próprias. E somente o Estado tem a prerrogativa de definir normas que obrigam a todos. Disso resulta que a segunda expressão é contraditória, pois os particulares não podem emitir tais normas; logo, não pode haver sistema particular de educação. Finalmente, a terceira expressão não faz sentido, pois o ensino livre é tal exatamente porque não segue as normas do sistema; logo, está fora dele. (SAVIANI, 2010, p.2)

É comum se ouvir e ver palestrantes, cientistas e professores e autores do Brasil afirmarem que existe até mesmo em sistema do sistema. O que ao nosso ouvido não soa bem, pois, como sistema se tornou coisa, falar sistema do sistema seria o mesmo que dizer, a coisa da coisa.

#### **4 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): DE DIFERENTES OLHARES.**

Desde sua elaboração, aprovação PNE foi uma “bolha”, do ponto de vista da blindagem pelo Senado e resistência feita para não serem acrescentadas algumas emendas e as reivindicação dos Movimentos Sociais e da Sociedade Civil. E, ao ser aprovado, tornou-se bola na boca (de chiclete), bola no pé (de futebol), bola na mão (de bilhar) de Governo, Estado(s) e Municípios, e, portanto como uma bola de bilhar, com as tacadas estratégicas foi parar na gaveta<sup>7</sup> dos seus respectivos escritórios por todo o país. E de modo, não diferente nas escolas, que dirá por um cidadão comum, que deva dizer “nunca o vi, nem o li, eu só ouço falar”. Veja então que a própria palavra PNE tem diversas interpretações e depende de quem o ler.

Assim, enquanto para o Senado o PNE é um plano-bolha, para os governantes<sup>8</sup>, o PNE é um plano-bola, já para a sociedade em geral o PNE é um plano-caviar, já para a Escola poder vir a ser o PNE é um plano-papel<sup>9</sup>. Enquanto que para estudioso do PNE, este é um plano-carta de intenção, ou seja, se elabora, modifica e aprofunda somente na teoria em detrimento da prática. Desse modo, reconhecemos que a própria palavra PNE é vista, concebida e conceituada por cada um de forma diferente. Assim então, não seria colocada em prática de forma homogênea, isto porque não é interpreta de um mesmo modo por todos.

Quanto a efetivação do PNE e suas mudanças na prática pedagógica, para (FACCI, 2004, p. 20) “todas essas transformações intervêm em várias esferas da vida social, provocando mudanças no âmbito social, político, cultural, assim com nas escolas e no exercício da profissão do professor”. Ademais a simples aceitação de métodos e tendências pedagógicas não implica diretamente na mudança do fazer pedagógico do professor, que dirá melhoria na qualidade das suas aulas, ou sendo mais preciso, no processo de ensino-aprendizagem, isto porque isso implica em formação e não simplesmente em adesão, (SAVIANI, 2008). Reconhecemos que a problemática do esvaziamento do trabalho docente em nosso país não é recente, mas histórica. Visto que foi “[...] na transição do século XX para o século XXI, temos vivenciado uma série de problemas advindos do modo como à sociedade se encontra [dividida] em classes antagônicas [que vem acontecendo] transformações profundas e contraditórias.” (FACCI, 2004, p.5). Assim,

7 Entenda-se aqui, empoeirado, engavetado, foi rejeitado e ignorado.

8 Governo Federal, Estadual e Municipal.

9 Por ser repente cheio de ideias mirabolantes então se ler, se rabisca, se amassa e se joga fora.

o professor deve manter a disciplina dos alunos e, ao mesmo tempo, agradecer e ser afetuoso para com todos. Assim, investir na formação do professor, é em certo sentido, dar uma resposta à situação limite em que se encontra a educação. E, demonstra a importância da função social da escola, e em particular, dos professores, pois é através dos mesmos que se constrói o futuro do nosso país, seja presidente, médico, ministro etc. Todos precisam do professor! O que “Há menos de quatro décadas, ser professor garantia respeito social, o que hoje já não existe mais. Atualmente, o professor é desprestigiado por seus alunos, moral e socialmente” (SAVIOLI, 2013, p.14).

Quanto às polêmicas internas do PNE, em primeiro lugar, destacamos a “questão do financiamento, que inclui dois importantes aspectos, o investimento em educação em relação ao percentual do PIB e a adoção do custo-aluno-qualidade inicial (CAQi) e do custo-alunoqualidade (CAQ), com complementação da União” (BRASIL, 2014, p.19). Outra polêmica que ocorreu na discussão da Meta 4 (educação especial), é com relação ao atendimento educacional especializado-AEE, que é pensado como “preferencialmente na rede pública”<sup>10</sup>. O debate de oposição esse ideia, posto que reivindicou-se um atendimento educacional especializado complementar, como é o caso de poucos bem-sucedidos como é caso das Apaes. Mas, como toda luta o que se conseguiu foi apenas a adequação do PNE, relacionado a essa meta 4, a conquista se resumiu ao acréscimo da expressão “preferencialmente” em seu texto

E por fim, a mais barulhenta e polêmica das metas, no que diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais. O que fez o Senado alterar esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto. Percebemos a priori toda uma preocupação só na questão da estética, da teoria, de escrita, mas não há preocupação ou mesmo reivindicação para se questionar a aplicabilidade desse plano.

Desse modo, frente à realidade tão diversa e conflitante, com as quais se deparam professores na escola, vida e em sociedade, não resta dúvidas da desvalorização que passa o professor, que “são questões complexas e que exigem muitas interlocuções, tanto com as fontes como com estudos e pesquisas que problematizem a escolarização na história” (MATE, 2002, p. 24). Por a educação ser impregnada de mudanças e constante inovação teórica e prática, sua própria história se torna de difícil compreensão e construção.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso refletir sobre o atual Plano Nacional de Educação para este também não ir parar na gaveta, o mesmo que ocorreu com “o PNE 2001-2010, por ter se reduzido a uma carta de intenções” (VALENTE & ROMANO, 2002). Bem como, o nosso esforço e até mesmo reivindicação, e fazer a nossa parte para que este sair do plano para a prática. Já o último PNE, resultou de duas propostas: uma elaborada pelo MEC no governo FHC dado o empenho em reorganizar a educação na tentativa da redução de custos traduzida na busca da eficiência sem novos investimentos, se revela um instrumento de introdução da racionalidade financeira na educação. Enquanto a segunda proposta, se propõe o princípio da “qualidade social” vemos que se entende o plano como um instrumento de introdução da racionalidade social na educação, Consoante com (SAVIANI, 2011).

---

10 Como já se fazia presente na LDB.



Isto porque “há dimensões nacionais na Constituição, na LDB e em outras leis que não são apenas federais, no sentido de se aplicarem somente ao sistema federal de ensino” (CURY, 2009, p 10). E que infelizmente resgata de forma clara primórdios da República e, portanto: unionistas. É preciso dizer que Federação (foedus, foederis) significa contrato, aliança e união. E não supremacia, atropelamento e dissonância com Estados e Municípios. Portanto, dignos de atenção, diálogo, cooperação mútua entre estas unidades, em suas adversidades, contrastes e diversidades. E “cujo desafio está em garantir ambos os termos e, em ambos os termos, um e outro e um no outro, de modo a responder a uma justa proporção de suas competências” (CURY, 2009, p 10).

E em se falando dos objetivos do PNE, esperamos ao menos que se chegue se cumprir os avanços como a universalização da educação básica<sup>11</sup>, bem como, seja conquistado (e não somente decretado) o fim do analfabetismo absoluto e reduzir 50% funcional<sup>12</sup> e quanto ao Ensino Médio defendemos a sua integração aos cursos técnicos nos Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia, elevando com isso, o acesso, permanência na Educação Profissional. Em síntese, ao longo da história, vemos uma grande preocupação com o slogan: escola para todos, mas uma coisa é certa, é preciso saber responder: Qual escola? Pois, com as constantes mudanças, a própria docência está descolada de um modelo de escola, e o pior, às vezes sem saber sequer que tipo de cidadão se quer formar.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Tradução Wolfgang Leo Maar. 1995.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125)

BOFF, Leonardo. **A Águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um Plano Nacional de Educação: nacional, federativo, democrático e efetivo. **RBP**AE – v.25, n.1, p. 13-30, jan./abr. 2009.

DEMO, Pedro. **Vida de professor**. Brasília, UnB, novembro de 2000.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do professor?**: um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. – Campinas, SP: autores associados, 2004. – (Coleção formação de professores)  
GOERGEN, Pedro. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 737-762, Oct. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302007000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302007000300006&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 23 Maio de 2015.

11 Meta 7 do PNE (2014-2024).

12 Meta 9 do PNE (2014-2024).

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira.** —Bauru, SP: EDUSC; Brasília, DF:INEP, 2002. — (Coleção Educar).

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico]. – Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014. – (Coleção formação pedagógica; v. 3). Disponível em <portal.ifrn.edu.br/ifrn/.../trabalho-e-formacao-docente-naeducacao-profissional>. Acesso em 05 de junho de 2015.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. por João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação. n. 19, p. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

MELO, Maria José Medeiros Dantas de. Olhares sobre a formação do professor de matemática: imagens da profissão nas escritas de si. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade.** 5 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

SAVIANI, Dermeval. **O século XX brasileiro: da universalização das primeiras letras ao plano Nacional de Educação (1890-2001).** Trabalho realizado com apoio do CNPq. III Congresso de História da Educação. Sessão de Comunicação Coordenada. Curitiba, 7 a 10 de Novembro de 2004.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. Sistemas educacionais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

SAVIANI, Dermeval. **Plano Nacional de Educação, a questão federativa e os municípios: o regime de colaboração e as perspectivas da educação brasileira.** Conferência proferida na Seção de Abertura do 6º Fórum Internacional de Educação da Região Metropolitana de Campinas e 1º Fórum de Educação de Paulínia em 29 de agosto de 2011.

SAVIOLI, Marly. A motivação do professor, relação profissional e emocional do educador e suas consequências no ambiente escolar. IN: **Páginas abertas,** ano 38, nº 55, 2013, p. 14-15.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. **PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção?.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 96-107, 2002.